

**CONGRESSO DA ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL
08 OUTUBRO DE 2024 – DIA TODO**

PALESTRA	FOTO	CURRÍCULO
<p>Mesa de abertura e aula magna</p>		<p style="text-align: center;">José Eduardo Martins Cardozo</p> <p>Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde se graduou recebendo o prêmio “Escola Paulista de Direito” conferido ao aluno que obteve as maiores notas da turma durante todo o curso. Mestre em direito por essa mesma Universidade (1993), e Doutor pelas Universidades de Salamanca e de São Paulo (2023).</p> <p>Procurador Municipal concursado (1982 a 2018), foi assessor da Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral e chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo (1988). Ainda no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo exerceu os cargos de Secretário de Governo do Município de São Paulo (1989 a 1992) e de Secretário da coordenação governamental (1989). No Executivo Federal exerceu os cargos Ministro de Estado da Justiça (2011 a 2016), e de Advogado-Geral da União (2016).</p> <p>Advogado renomado, ministrou centenas de aulas inaugurais, palestras, conferências e cursos, em diversas e renomadas instituições nacionais e estrangeiras. Lecionou em importantes faculdades, universidades e em cursos preparatórios para ingresso na</p>

		<p>Magistratura e no Ministério Público. Hoje é professor de direito da PUC-SP, e dos setores de pós-graduação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e da Escola Paulista de Direito (EPD). Autor de inúmeros artigos e livros, se destacam dentre as suas obras jurídicas e políticas as monografias “Da Retroatividade da Lei” (1995) e “A Máfia das Propinas – Investigando a Corrupção em São Paulo” (2000). Já no campo das obras didáticas foi organizador, em parceria com João Eduardo Lopes e Márcia Walquiria Batista Santos, da obra “Curso de Direito Administrativo Econômico (2006).</p> <p>Quanto às atividades políticas, José Eduardo Martins Cardozo iniciou uma sua militância no Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, do qual foi Presidente(1979/1980). Foi vereador do Município de São Paulo (1995 a 2001), vindo a presidir a Câmara Municipal por dois anos consecutivos (2000 e 2001). Ainda no legislativo paulistano, adquiriu grande notoriedade ao Presidir duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI/s da “Máfia dos Fiscais”). Por duas vezes foi eleito deputado federal, vindo a integrar a lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional.</p> <p>Tendo destacada atuação na Comissão de Constituição e</p>
--	--	--

		<p>Justiça (CCJ), foi Presidente da Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário e relator de relevantes projetos de lei, dentre os quais se destaca o que passou a ser conhecido como “Lei da Ficha Limpa”.</p>
<p>Usucapião extrajudicial</p>		<p>Carolina Mokarzel</p> <p>Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São José do Rio Pardo/SP. Doutoranda em ciências jurídicas e em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos. Mestre em direito constitucional. Especialista em direito notarial e registral, em direito imobiliário, em direito civil, em direito de família e sucessões, em direito empresarial e em direito tributário. Professora em cursos preparatórios, na graduação e na pós-graduação.</p>
<p>Mesa de abertura</p>		<p>Érica Barbosa e Silva</p> <p>Mestre e doutora em Direito Processual pela USP. Professora de Processo Civil e Registros Públicos. Autora de diversos artigos e livros jurídicos. Membro do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) e do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual). Conciliadora. Oficial de Registro Civil em SP.</p>

<p>Alteração do nome - Alteração pela Lei n.º 14.382/2022</p>		<p>Daniela Silva Mróz</p> <p>Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de São Mateus desde 2000; Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-Portugal; Doutora pela Universidade de Estudos de Florença-Itália.</p>
<p>Ata notarial para implementação de condição resolutiva</p>		<p>Rafael Vitelli Depieri</p> <p>Advogado e Assessor Jurídico do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, Seção São Paulo e Seção Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade de Mackenzie; Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com orientação pela Professora Maria Helena Diniz; Pós-graduado em Direito Notarial e Registral Imobiliário pela Escola Paulista da Magistratura (SP) e pela Universidade Arthur Tomas; Especializado em Direito Público pela Universidade Potiguar; Formado em Mediação e Conciliação pelo Instituto Paulista de Magistrados (IPAM); Autor de coluna mensal no Jornal do Notário sobre dúvidas de Direito Notarial. Professor em cursos de Direito Notarial e Registral.</p>

<p>Mesa de abertura e Escrow account Smart Contracts</p>		<p>André Medeiros Toledo</p> <p>19º Tabelião de Notas de São Paulo-SP. Mestre e Doutorando em Direito. Presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo.</p>
<p>Marco Legal das garantias (Lei 14.711/2023) - Notas</p>		<p>Andrey Guimarães Duarte</p> <p>Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santos. Tabelião de notas desde 2004. 4º Tabelião de Notas de São Bernardo do Campo. Presidente da Associação dos Titulares de Cartório de São Paulo, Ex-presidente e atual vice-presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB/SP). Diretor do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF). Ex-Conselheiro consultivo do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM). Um dos responsáveis pela digitalização dos serviços dos cartórios de notas do Brasil. Ex-delegado de polícia em São Paulo.</p>
<p>Escrow account Smart Contracts</p>		<p>Alexandre Gonçalves Kassama</p> <p>Mestre em Direito pela USP. Membro da Academia Notarial Americana. Notário em São Paulo. Diretor do Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo.</p>

<p>Ata notarial para implementação de condição resolutiva</p>		<p>Daniel Paes de Almeida</p> <p>Vice Presidente do CNB/SP. Diretor executivo do CNB/CF. 2º Tabelião de Notas de RP</p>
<p>Mesa de abertura</p>		<p>Leonardo Sica</p> <p>Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1996), com prática exclusiva na área criminal desde 1994. Doutor (2008) e Mestre em Direito Penal pela USP.</p> <p>Foi presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; Conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Autor dos livros Justiça restaurativa e mediação penal (Lumen Juris, 2007) e Direito penal de emergência e alternativas à prisão (Revistados Tribunais, 2002); Diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCrim</p>
<p>Mesa de abertura</p>		<p>Rachel Letícia Curcio Ximenes</p> <p>Rachel Letícia Curcio Ximenes advogada, mestra e doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP, especialista em Direito Notarial e Registral pela Escola Paulista da Magistratura (EPM) e em Proteção de Dados e Privacidade pelo Insper, Pós-graduanda em Processo Legislativo pelo IDP e presidente da Comissão de</p>

		Direito Notarial e Registros Públicos da OAB-SP.
<p>Mesa de abertura; Desjudicialização da Execução (análise do PL 6204/2019) e; Central nacional de Protesto e ferramentas eletrônicas para recuperação de crédito</p>		<p>Tiago de Lima Almeida</p> <p>Advogado, especialista em Direito Notarial e Registral e Direito Tributário, mestre em Direito Constitucional e doutorando em Direito pela PUC-SP. Possui pós-graduação em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e MBA em Gestão Tributária pela FUNDACE-USP. Atualmente, é presidente da Comissão Notarial e de Registros Públicos do Conselho Federal da OAB.</p>
<p>Mesa de abertura; e-Notariado</p>		<p>Giselle Dias Rodrigues Oliveira de Barros</p> <p>Formada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), e tem especialização em Direito Notarial e Registral pela Escola Paulista de Magistratura (EPM).</p> <p>Tabeliã do 23º Tabelionato de Notas de São Paulo. Em 2020 foi eleita a primeira mulher a presidir o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF). Fez parte da Banca Examinadora do 11º Concurso Público para Outorga de Delegações de Notas e de Registros do Tribunal de Justiça de São Paulo, e atua como palestrante em eventos nacionais e internacionais.</p>

<p>Mesa de abertura; Central nacional de Protesto e ferramentas eletrônicas para recuperação de crédito</p>		<p>Ionara Gaioso</p> <p>Tabeliã pública no 1º ofício de Protesto de Brasília; Presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção Distrito Federal; Vice-Presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil Nacional.</p>
<p>Mesa de abertura</p>		<p>José Carlos Alves</p> <p>Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP; é Presidente do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção São Paulo; Diretor da Associação de Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP; 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo.</p>
<p>Mesa de abertura</p>		<p>Sérgio Jacomino</p> <p>Quinto Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo. Presidente do NEAR - Núcleo de Estudos Avançados do SREI. Ex-presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) nos anos 2002/2004, 2005/2006, 2017/2018 e 2019/2020. Doutor em Direito Civil pela UNESP (2005) e especialista em Direito Registral Imobiliário pela Universidade de Córdoba, Espanha. Membro honorário do CeNoR - Centro de Estudos Notariais e Registrais da Universidade de Coimbra.</p>

<p>Mesa de abertura</p>		<p>Mônica Jardim</p> <p>Professora da Faculdade de Direito de Coimbra, onde é regente da disciplina de Direito dos Registros e do Notariado (desde o ano letivo de 2007/2008) e uma das responsáveis pelas aulas práticas de Direitos Reais (desde o ano letivo de 1996). É membro, por reconhecido mérito científico, do Conselho do Notariado de Portugal e Presidente do Centro de Estudos Notariais e Registas (CENoR). É ainda membro do Conselho Editorial dos Cadernos do CENoR e do Conselho Editorial da nossa RDI – Revista de Direito Imobiliário.</p>
<p>Desjudicialização da Execução (análise do PL 6204/2019)</p>		<p>Mário de Carvalho Camargo Neto</p> <p>Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2008). Graduado em Direito Pela Universidade de São Paulo (2005). Vice Presidente da Associação de Notários e Registradores do Estado de São Paulo. Vice Presidente de Registro Civil das Pessoas Naturais da Associação de Notários e Registradores do Brasil. Tabelião de Protesto de São André/SP.</p>
<p>Desjudicialização da Execução (análise do PL 6204/2019)</p>		<p>Arthur Del Guércio Neto</p> <p>Tabelião de Notas e Protestos em Itaquaquecetuba. Especialista em Direito Notarial e Registral. Especialista em Formação de Professores para a Educação Superior Jurídica. Escritor e Autor de Livros. Palestrante e Professor em diversas instituições, tratando de temas voltados ao Direito</p>

		Notarial e Registral. Coordenador do Blog do DG.
e-Notariado		<p>Ana Paula Frontini</p> <p>22ª Tabeliã de Notas da Capital, Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Especialista em Direito Notarial e Registral pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Diretora da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo (ANOREG), Vice Presidente da Academia Notarial Brasileira (ANB), Examinadora na Comissão Examinadora do 9º Concurso Público de Provas e Títulos. Conselheira Fiscal Titular no Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal - CNB, Conselheira Fiscal Titular Colégio Notaria do Brasil - Conselho Federal.</p>
Usucapião extrajudicial		<p>Wilson Levy Braga da Silva Neto</p> <p>Advogado. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de pós-doutoramento em Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Professor convidado na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Goiás, na Escola Paulista da Magistratura e na Escola Paulista de Direito (EPD), nas Faculdades de Campinas (FACAMP) e na Damásio Educacional. Membro do Núcleo de Estudos de Direito Urbanístico da Escola Paulista da Magistratura. Membro efetivo da Comissão de Direito Notarial e de Registros</p>

		Públicos, a partir de 2020, da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo (OABSP).
Marco Legal das garantias (Lei 14.711/2023) – Registro de Imóveis		Ivan Jacopetti do Lago Membro do Conselho Fiscal e diretor de Relações Internacionais do IRIB. Bacharel, mestre e doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP - Largo de São Francisco. Pós-graduado pelo CeNOR - Centro de Estudos Notariais e Registrais da Universidade de Coimbra. Membro da Academia Brasileira de Direito Registral Imobiliário - ABDRI. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos de Paraguaçu Paulista - SP.
Mudanças na Resolução 155/2012 que trata sobre traslado de certidões de registro civil emitidas no exterior		Kátia Cristina Silencio Possar Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 28º Subdistrito Jardim Paulista da Capital do Estado de São Paulo. Foi Tabeliã de Notas e de Protesto no Estado de São Paulo. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-graduada em direito notarial, registral e imobiliário. Co-autora do livro “Direito Civil: A pessoa natural”. Diretora da ArpenSP.

<p>Inteligência artificial e o Registro de Imóveis</p>		<p>Solano de Camargo</p> <p>Professor de Direito Internacional na Faculdade de Direito da USP. Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor e mestre pela USP. Graduado em Direito Francês e Master 1 pela Faculdade de Direito de Lyon 3. Presidente da Comissão de Privacidade, Proteção de Dados e Inteligência Artificial da OAB-SP. DPO Central da OAB-SP e da CAASP. Autor de diversos livros e artigos, incluindo a obra “Engenharia de Prompts no Direito”, pela Editora Thomson Reuters.</p>
---	---	---

CRONOGRAMA DO EVENTO